



Reflexões sobre o racismo (Portugal, séculos XVI-XX)

As reflexões que seguem fazem parte de um ensaio mais amplo e devem-se a uma inquietação que vem acompanhando meus longos anos de estudos dedicados à história de Portugal. É uma contínua questão que se propõe: como foi que se criou e desenvolveu um racismo tão feroz contra os judeus num país onde a coexistência e o convívio entre judeus e cristãos faziam parte de uma longa tradição secular?

ANITA WAINGORT NOVINSKY é professora do Departamento de História da FFLCH-USP e autora de, entre outros, *Inquisição – Prisioneiros do Brasil* (Expressão e Cultura).

Na Inglaterra, nos Estados Unidos, em Israel e em outros países existem hoje centros especializados no estudo do anti-semitismo. Depois de terminada a Segunda Guerra Mundial, depois de Auschwitz, Treblinka, Sobibor, o mundo tomou

conhecimento, perplexo, de um fenômeno de ódio e crueldade sem paralelo na história.

Importantes trabalhos têm procurado entender e desvendar os diferentes caracteres desse complexo fenômeno secular de ódio aos judeus. Hannah Arendt dedicou a esse tema todo o primeiro volume de sua monumental análise sobre o totalitarismo, e os pensadores ligados à Escola de Frankfurt, Theodor Adorno e outros, tiveram-se em interpretar os diferentes mecanismos sociológicos e psicológicos do anti-semitismo e do anti-semita¹.

Examinando os trabalhos que foram publicados sobre o assunto, com surpresa verificamos que a obra de Hannah Arendt, que analisa minuciosamente as origens do anti-semitismo na Europa, omite completamente a Península Ibérica. E o inglês Paul Johnson, autor da famosa e recente obra *História dos Judeus*, que abarca desde a história antiga dos hebreus até os dias de hoje, dedica algumas poucas linhas à Espanha, e nenhuma a Portugal².

Este artigo foi publicado em Portugal sob o título: "Reflexões sobre o Anti-semitismo - Portugal Séculos XVI-XX", in *Portugal no Século XVIII - De D. João V à Revolução Francesa*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, 1991.



1 Ver: Adorno & Horkheimer, "Elementos do Anti-semitismo: Limites do Esclarecimento", in *Dialética do Esclarecimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1985, pp. 157-94.

2 Paul Johnson, *História dos Judeus*, Rio de Janeiro, Imago, 1989.



Mas... como pretender dos estrangeiros se não existe até hoje uma história geral, completa, exaustiva sobre os judeus, escrita em Portugal? Como se explica que a única história ampla desse gênero tenha sido escrita no idioma alemão, em 1860, e permanecido inacessível aos portugueses que desconhecem esse idioma por mais de cem anos³?

Não me refiro, naturalmente, aos clássicos trabalhos de Alexandre Herculano, Mendes dos Remédios, J. L. de Azevedo e outros que dedicaram suas investigações à Inquisição e que abriram os caminhos para as pesquisas futuras, nem a alguns trabalhos monográficos que têm saído nos últimos anos, em Portugal e no Brasil, e que certamente não preenchem as profundas lacunas que atravessam os séculos de vida judaica neste país.

Eu gostaria de lembrar aqui, *en passant*, uma reflexão de Theodor Adorno, que me fez pensar em que medida ela não se aplica à própria essência da cultura portuguesa. Diz o autor: “O que se faz com os mortos é rogar o que os antigos judeus consideravam a pior das pragas: não se lembrar deles. Em face dos mortos, os homens desabafam o desespero de não serem mais capazes de se lembrarem de si próprios”⁴.

Depois da extinção do Tribunal da Inquisição, após o advento do liberalismo, foi colocada uma pedra na memória do povo português, que apagou, em grande parte, a imagem da presença dos judeus em Portugal. As obras dos autores a que me referi circularam apenas entre as elites eruditas, não alcançaram o povo português menos letrado, nem foram adaptadas para as escolas secundárias e os liceus. Foi após a década de 60 que a história dos judeus em Portugal se tornou acessível a uma parte maior da sociedade, e os trabalhos publicados foram recebidos, tanto em Portugal como no Brasil, com excepcional interesse. Hoje, o tema Inquisição e cristãos-novos já faz parte do *currículum* de certas escolas no Brasil, mas ainda estamos longe de uma conscientização geral sobre a importância desses estudos para o conhecimento da cultura luso-brasileira.

O termo “anti-semita” foi utilizado pela primeira vez no século XIX e foi unanimemente aceita a sua extensão a qualquer período da história e a qualquer espaço, no qual, tanto do ponto de vista ideológico, como prático, se manifestaram hostilidades contra os judeus. Por isso eu o emprego nesta exposição.

O “antijudaísmo” medieval diferenciava-se do anti-semitismo do Portugal renascentista. O primeiro apoiava-se em bases religiosas (mesmo que o fundo tenha sido socioeconômico) e as obras e sermões contra os judeus apontavam principalmente sua “infidelidade” religiosa, criticando seu comportamento e suas crenças de maneira pejorativa, mas com uma finalidade, visando à “conversão”. O anti-semitismo da época moderna, que se acirrou depois da conversão de todos os judeus ao catolicismo, em fins do século XV, adquiriu um caráter eminentemente político, apoiado numa ideologia racial.

Transformações diversas, de ordem econômica e social, levaram à ruptura da tradicional sociedade pluricultural portuguesa. Conflitos e desajustamentos marcaram os rumos do Portugal renascentista e influíram no desencadeamento de uma propaganda antijudaica, que desaguou no estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição.

A conversão, em fins do século XV, de todos os judeus de Portugal ao catolicismo, criou um fenômeno original, se não único na história, tanto pelo seu caráter como pelas suas proporções sociais: o anti-semitismo sem judeus. As mais violentas explosões contra os judeus não se deram quando viviam como um grupo identificado pelas suas diferenças, quando residiam em bairros próprios, praticando livremente o judaísmo, sendo facilmente detectáveis, mas depois que abandonaram sua religião e seus costumes e adotaram os padrões, as atitudes, e os comportamentos impostos pela sua cultura dominante. Criou-se, então, um anti-semitismo *sui generis*, que utilizou como conteúdo da sua propaganda os velhos argumentos empregados pelo anti-semitismo medieval, acrescentados

3 M. Kayserling, *Geschichte der Juden in Portugal* (ed. Leipzig, 1860). *História dos Judeus em Portugal*, tradução de Gabriela B. Correa da Silva e Anita Novinsky, introdução e notas de Anita Novinsky, São Paulo, Pioneira, 1971.

4 Adorno & Horkheimer, *Dialética do Esclarecimento*, op. cit., p. 202.

e enriquecidos de novos elementos, conseqüentes de situações sociais concretas: um anti-semitismo de caráter político e racial, que antecipou em quatro séculos o anti-semitismo do século XX.

Portugal não tem, como sabemos, uma tradição anti-semita medieval, do tipo de outras nações européias. O próprio rei Afonso V o lembra, em protesto ao assalto da judiaria de Lisboa, em 1449: “cousa que nunca foy em nossos Regnos acontecida”⁵. Não registamos no Portugal medieval explosões populares, como os *pogroms* na Polônia, França, Inglaterra, etc.

Foi no século XVI, no início da era moderna, que as acusações contra os judeus, já todos convertidos em cristãos, se tornaram virulentas, disseminando-se por todo o país. Os representantes do povo, nas reuniões das cortes, começaram sistematicamente a pedir a exclusão dos judeus. Pediam que lhes fosse vedada a posse da terra, alegando que eram maus agricultores, que fossem proibidos de ocupar cargos públicos, pois exerciam poder sobre os cristãos, e que lhes fosse impedido o exercício da farmácia. Na Universidade de Coimbra, um movimento anti-semita quis fechar aos judeus o acesso à carreira acadêmica, e lentes e estudantes foram, nos séculos XVI, XVII e XVIII, punidos pela Inquisição, como judaizantes.

Quanto às suas atividades econômicas, os judeus eram acusados de monopolizar o comércio interno e externo e, ainda, de ser praticantes do velho crime da usura. Em todas as reuniões das cortes, como diz o professor Sebastião da Silva Dias, a questão do poderio dos judeus era retomada e apontada como causa e desgraça dos cristãos⁶. Passadas as primeiras gerações, os descendentes dos judeus batizados, os cristãos-novos, continuavam sendo o centro das acusações anti-semitas. Os cristãos-novos não envelheciam nunca. Portugueses foram transformados em “párias” e “estrangeiros”, e todos, mesmo os antigos cristãos, eram potencialmente suspeitos de infidelidade à Igreja e inimigos do Estado.

Após a conversão ao catolicismo, os judeus e seus descendentes passaram a pertencer a nenhum lugar, a nenhum tem-

po, a ninguém. O abandono de Portugal significou o abandono de si mesmo. Para onde ir? Com exceção de poucos países, onde lhes era permitido, mesmo que veladamente, retornar à religião antiga, viviam a angústia do “não ser”. Esse “não ser” levou Uriel da Costa e outros cristãos-novos ao suicídio. Os livros pertencentes ao arquivo da Inquisição, intitulados “os que se matam na prisão”, servem de testemunho de até onde levou o desespero do “não ser”. Antes da conversão o judeu era “o outro”, mas um “outro” que estava adicionado a uma sociedade não monolítica, como era, então, a portuguesa; era um outro respeitado, até defendido e privilegiado. Depois da conversão, tornou-se “o outro” indesejável, o excluído, o “estrangeiro”. Quem foi realmente mais “outro”, em toda parte, do que o judeu? Quem foi mais “estrangeiro” do que o português na própria pátria?

O ódio ao judeu foi inculcado no sentimento popular pelos órgãos do Estado e da Igreja. Ambos legitimaram a violência contra os súditos portugueses, uma vez que tivessem “sangue judeu”. A heresia judaica foi um pretexto, empregado pela Inquisição, e extirpá-la transformou-se em meta e ideal cristão.

No ano de 1683, D. Pedro II promulgou uma lei que se tornou conhecida como Lei do Extermínio⁷. Essa lei obrigava todo português, que tivesse saído em auto-de-fé, professo do crime de judaísmo, a abandonar Portugal no prazo de dois meses, sob pena de morte, mas “deixando seus filhos menores de 7 anos”. Descarregar sobre as crianças o ódio aos judeus não foi inovação de D. Pedro e teve precedentes na história de Portugal. Tanto D. João II como D. Manuel já haviam declarado que fossem tirados dos pais judeus os filhos menores. O significado da Lei de Extermínio, para os portugueses, assim como sua aplicação prática ainda não são bem conhecidos. Historiadores a mencionam, mas sempre com imprecisão, e João Lucio de Azevedo diz que “não foi aplicada à risca”. As pesquisas ainda estão para ser feitas. Uma coisa, porém, é certa: a Lei do Extermínio ainda continuava a ser ventilada nos primeiros anos do reinado



5 Humberto Baquero Moreno, *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos Séculos XIV e XV*, Ed. Univ. de Coimbra, Lisboa, Presença, s.d., p. 99.

6 Sebastião da Silva Dias, *A Política Cultural da Época de D. João III*, Ed. Univ. de Coimbra, 1969, vol. I, pp. 756 e segs.

7 Ver sobre a “Lei do Extermínio”, *Fundo Geral 1532*, pp. 359 e 360, e “Parecer contra a Lei”, in *Fundo Geral 1587* folha I. Seção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa.

de D. João V, apesar de ter sido abolida provisoriamente por D. Pedro durante a guerra com Castela.

A sistemática rede de propaganda anti-semita que foi montada em Portugal, no início da época moderna, revestiu-se de uma realidade que dissimulava as relações sociais objetivas. Os discursos, os sermões, desviavam os portugueses da desastrosa realidade do país. Os ritos, durante os autos-de-fé, o ato do desfile, todo o cerimonial, eram símbolos que levavam à desfiguração da verdade. Extremamente importantes para a caracterização do tipo de anti-semitismo português foram os “sermões” pronunciados nos autos-de-fé. Duas teses já foram defendidas na Universidade de São Paulo sobre os autos-de-fé, sobre a ideologia dos sermões e sobre seu significado como espetáculo de massa⁸. Uma delas revelou um fato curioso: os sermões do século XVIII não eram dirigidos aos hereges, cristãos-novos e judaizantes, nem às feiticeiras, aos bígamos, sodomitas ou homossexuais, mas especificamente contra o “povo judeu” como um todo⁹. Não é contra “um judeu” ou “um crime” que os portugueses são incitados a lutar, mas contra “todos os judeus”.

Cabe ao clero católico a principal responsabilidade pela propaganda anti-semita em Portugal. M. Kayserling, em sua *Biblioteca Espanhola-Portuguesa-Judaica*, obra rara e infelizmente nunca editada em Portugal, nos dá uma relação de 52 obras antijudaicas na época moderna, entre as publicadas e as manuscritas, das quais 17 são do século XVI, 15 do século XVII e 11 do século XVIII, sendo que em nove delas não constam as datas¹⁰.

Essa relação está longe de aproximar-se do número total de obras anti-semitas publicadas em Portugal. No final do século XVI, o título anti-semita mais conhecido talvez tenha sido o *Espelho dos Cristãos-novos*, escrito por Francisco Machado e dedicado ao cardeal Henrique. Essa obra mereceu do saudoso historiador Frank Talmadge, da Universidade de Toronto, no Canadá, um exaustíssimo estudo e uma tradução para o inglês¹¹. Apesar das acusações que Francisco Machado faz contra os cristãos-novos, ainda

não podemos situá-lo como um anti-semita dos mais extremados, pois, mesmo chamando os cristãos-novos de “inconvertíveis”, “obstinados”, “decrecentes”, “incrédulos”, não toca jamais no conceito de pureza de sangue e defende os casamentos entre judeus e cristãos. Isso quer dizer que a obsessão pelo sangue puro ainda não havia amadurecido entre os portugueses.

O que já aparece em Machado e permanece inalterado através dos séculos é a identificação “cristão-novo, judeu”. Prega apaixonadamente uma segunda “conversão”. Os autores anti-semitas nessa época concentraram-se, pois, fundamentalmente, sobre o problema religião-conversão. À medida que avançamos no tempo, a literatura anti-semita vai mudando de caráter. Como no clássico anti-semitismo de além-Pirineus, analisado por Hannah Arendt, também em Portugal o anti-semitismo apoiou-se nos instrumentos sempre utilizados pelo poder: a mentira e o conceito de “inimigo objetivo”¹².

Fatos da vida econômica e social passaram então a ser desfigurados e adequados a uma ideologia racista. A competição econômica entre cristãos-velhos e cristãos-novos levou a que se atribuísse aos judeus um domínio universal. A mentira foi utilizada para fins de propaganda, inventando-se ações e atitudes que eram ajustadas à ideologia das elites dirigentes. O extermínio dos portugueses cristãos-novos, durante o reinado de D. João V, foi cuidadosamente preparado por sermões, panfletos e obras diversas, acumulados durante séculos. Em duas obras procurava-se mostrar que o sangue português, leal e esforçado, ficara efeminado e degenerado por causa da mistura com a “raça” dos judeus: *Memorial dos Danos que Causam a Portugal a Gente da Nação e Papel que Prova Serem os da Nação a Causa dos Males que Padece Portugal*. Os judeus eram apontados como traidores, senhores de todo o comércio, sugadores do dinheiro do povo, assassinos dos cristãos. Essas acusações repetem-se em todas as obras anti-semitas do século XVIII¹³.

Um preconceito que se multiplicou constantemente e desaguou inclusive no

8 Howard Norton, “A Ideologia nos Sermões dos Autos-de-fé”, tese de doutorado defendida na USP – Departamento de História (datilografada); Luiz Nazário, *Autos-de-fé como Espetáculos de Massa*, São Paulo, Humanitas, 2005.

9 Howard Norton, op. cit.

10 M. Kayserling, *Biblioteca Española-Portuguesa-Judaica. Dictionnaire Bibliographique Des Auteurs Juifs. De Leus Ouvrages Espagnols et Des Oeuvres sur et Contre Les Juifs et le Judaïsme* [ed. Nieuwkoop, B. de Graaf, 1961], pp. 114-8.

11 Francisco Machado, *The Mirror of the New Christians [Espelho dos Cristãos-novos]*, ed. trad. e introd. de Mildred Evelyn Vieira e Frank Ephraim Talmadge [ed. Pontifical Institute of Medieval Studies, Toronto, 1977].

12 Hannah Arendt, *Origens do Totalitarismo. Anti-semitismo, Instrumento de Poder – uma Análise Dialética*, introdução de Celso Lafer, Rio de Janeiro, Ed. Documentário, 1975, p. 5.

13 Ver Anônimo, século XVII, *Papel que Prova Serem os da Nação a Causa dos Males que Padece Portugal*, e *Memorial que se deu em Castella pelo qual se Mostra o Muito Dano que a Gente da Nação Tem Feito Naquelle Reyno e a Grande Afronta que Resulta a Este de a Termos entre Nós*, códigos 1506 e 1326 respectivamente, Manuscritos, Arquivo Nacional, Portugal, secção de Reservados. Ver também “Apêndices 8 e 9”, in J. L. Azevedo, *História dos Cristãos-novos Portugueses*, Lisboa, 1921.

teatro da Época de Ouro, da Espanha, é o referente à profissão médica dos cristãos-novos. Esse preconceito assume um caráter extremo, que vai até a acusação aos médicos cristãos-novos de assassinar pacientes cristãos. A partir do final do século XVII e no século XVIII, as obras anti-semitas passam a se caracterizar pela utilização de termos específicos, assim como pelas inverdades empregadas. Não era mais no plano teológico que se desfechavam os ataques aos cristãos-novos, nem as polêmicas entre judaísmo e cristianismo, tão comuns entre os eruditos e mestres religiosos medievais, visavam à conversão dos judeus. Os textos eram elaborados de modo a atingir a massa do povo português, ignorante e analfabeto, e eram nivelados pelo que havia de mais baixo. Lembremos apenas alguns títulos: *Perfidia Judaica*, de Roque Monteiro Paim, escrita quando se deu o famoso “Sacrilégio de Odivelas”; *Inventiva Católica Contra a Obstinação Perfidia dos Judeus*, do franciscano Francisco Xavier de Serafim Pitarra; *Sentinela Contra os Judeus*, do padre Francisco de Torrejoncillo; *Doutrina Católica e Triunfo da Religião Católica Contra a Pertinácia do Judaísmo*, de Fernão Ximenes Aragão, que teve três edições; *Diálogo dos Judeus Contra a Fé Católica*, de João Batista Este; *Exortação Dogmática Contra a Perfidia do Judaísmo*, do padre Francisco Pedroso; *Triunfo da Fé Contra a Perfidia Judaica*, de Maria José de Jesus e tantos outros.

Parece que o livro do padre Francisco de Torrejoncillo, *Sentinela Contra os Judeus*, foi a obra que alcançou um estrondoso sucesso, pois chegou a ter pelo menos seis edições. Escrito em castelhano, foi traduzido para o português e publicado em Lisboa, em 1694, com ainda mais duas edições no reinado de D. João V, uma em 1710 e outra em 1748. O autor alarma contra os perigos da dominação judaica e refere-se aos “vícios”, “perfídias”, “defeitos físicos” e “morais” dos judeus. É uma das mais infamantes obras que se escreveu no gênero, até o século XX. Ergue a mais falsa calúnia que se inventou contra os judeus em todos os tempos: o crime ritual. Nela são men-

cionados o famoso “caso de La Guardia”, os médicos homicidas, os “rabinhos”, os maus cheiros, os sinais físicos exteriores que acompanhavam a degeneração de todo o povo judeu.

O governo de D. João V representou o auge da perseguição aos cristãos-novos portugueses, e grande parte das vítimas era originária do Brasil. D. João V foi um monarca apaixonado pelos autos-de-fé, aos quais sempre assistia acompanhado da rainha, dos infantes e de muitos nobres. Os termos de uma carta, datada de 5 de novembro de 1707, poucos anos depois de D. João V ter assumido o trono, ilustra e sintetiza a mentalidade dos dirigentes portugueses: “Celebra-se um Auto-de-fé em honra e festival aplauso da nova dignidade do Inquisidor Geral. Enquanto se queimam os judeus, há de haver ópera no Rocio, baile nas ruas da cidade... e luminárias na Ribeira...”.

No auto-de-fé de 1713, o próprio confessor do rei, o oratoriano padre Francisco Pedroso, pregou um famoso discurso de 37 laudas, “Exortação Contra a Perfidia Judaica”. A degradação moral e política do reinado de D. João V, com as infamantes acusações aos cristãos-novos, foi desmascarada por alguns portugueses, principalmente pelos chamados “estrangeirados”, que foram as únicas vozes ilustradas do século XVIII, que se ergueram a favor da liberdade dos judeus. Mas foram tímidas e medrosas essas manifestações. Nenhum “estrangeirado” foi ao extremo de sugerir a eliminação completa do Tribunal da Inquisição. Nem o humanista Antonio Nunes Ribeiro Sanches, nem o esclarecido embaixador de Portugal na França, D. Luis da Cunha, nem o erudito pedagogo Luis Verney, nem mesmo o incomparável padre Antonio Vieira, um século antes, proclamaram a total extinção do Santo Ofício. Foi um português expatriado, o chamado Cavaleiro de Oliveira, que levou até os limites a indignação com a existência do Tribunal. Joaquim de Carvalho situa o seu “Discurso Patético” como absolutamente contrário à mediana mentalidade e cultura do século XVIII, considerando-a obra de importância primordial para a reconstrução da cultura em Portugal¹⁴.

14 Joaquim de Carvalho, *Obra Completa II – História da Cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1928, pp. 1-16.

As modernas correntes historiográficas, que têm trazido à tona o avesso da história, a cultura popular, a religião vivida, o pensamento e as idéias não oficiais, chamaram minha atenção para a experiência portuguesa no Brasil, que contradiz em muitos aspectos as costumeiras interpretações sobre o “ódio popular”, defendido pela maior parte dos historiadores portugueses, desde J. L. Azevedo até Antonio José Saraiva. O comportamento dos portugueses no Brasil, que vaza dos documentos, muitos ainda manuscritos, mostra um quadro original no que diz respeito às relações entre cristãos-novos e cristãos-velhos. Nas imensas terras do Novo Mundo, distantes dos centros de irradiações anti-semitas, longe da propaganda centralizada que pulsava em todos os rincões do poder, os portugueses de origens judaicas passaram de “diabos” aos chamados “homens bons”. Na colônia brasileira ocuparam altos cargos, desde procuradores da Câmara até conselheiros dos governadores, influenciando na orientação local da colônia. Temos os exemplos de Felipe Guillen, ainda nos primórdios da colonização, “governando” no lugar de Tomé de Souza, Diogo Lopes Ulhôa, conselheiro do governador da Bahia no século XVII, e Miguel Teles da Costa, capitão-mor de Parati no século XVIII, cujas atitudes despertaram suspeitas nas camadas dirigentes da metrópole¹⁵.

O fenômeno cristão-novo brasileiro confere nuances à cultura colonial ainda não devidamente estudadas. Bastou atravessar o Atlântico e o furor sanguinário da massa popular se arrefeceu? O comportamento, mesmo de alguns portugueses agentes do Santo Ofício, contradiz a tese uniformizante sobre o ódio popular dos portugueses aos cristãos-novos, assim como a “veneração” dos portugueses ao Tribunal da Inquisição.

Uma atitude, que nitidamente expressa a mentalidade de certa facção portuguesa e brasileira, transparece na resposta que os moradores da Bahia deram ao governador, em 1640, quando este lhes impôs que fossem à mesa inquisitorial, armada no Colégio da Companhia de Jesus, denunciar seus

parentes, amigos, hereges e judaizantes. Os baianos firmemente recusaram-se a fazê-lo. Forçá-los à obediência foi a única solução encontrada pelo governador Antônio Telles da Silva, que teve de empregar a força, mandando um soldado de sua milícia acompanhar cada cidadão até a Mesa da Inquisição. A resistência da população em colaborar com prestigiosos líderes espirituais, como o visitador do Santo Ofício e o reitor do Colégio da Companhia de Jesus, é um fenômeno que se repete através de toda a história colonial¹⁶.

Um exemplo importante a considerar, quando falamos no anti-semitismo popular, é a frequência com que se deu a mesclagem dos cristãos-velhos com os cristãos-novos. O pérfido judeu, o diabo, o demônio, o herege, o estrangeiro, foi enlaçado nos braços de praticamente todas as famílias portuguesas radicadas no Brasil. O fato de haver interesses econômicos implicados nesse ato não exclui os vínculos afetivos que daí nasceram. O ódio ao “judeu”, no Brasil, situava-se mais num nível abstrato, o diabo existia mas era em grande parte despercebido no convívio cotidiano com os cristãos-novos.

Ainda mais sugestivo, no que se refere às relações entre portugueses e cristãos-novos, é o fato de que, durante três séculos, não registramos, no Brasil, nenhuma explosão popular contra os cristãos-novos, nem pretexto que os acusasse de atos criminosos. Durante a invasão dos holandeses, em 1624 e 1630, a tomada do Nordeste pelo inimigo foi atribuída à traição dos judeus. Mas essa acusação, assim como a perseguição do Santo Ofício, partiu sempre de elementos governamentais, aliados aos líderes da Igreja¹⁷.

É extremamente curioso que o ódio aos judeus, insuflado de cima para baixo, não tenha sido endossado, na prática, por grande parte dos portugueses residentes no Brasil. O vigário da Bahia, Manuel Temudo, escreve indignado para os inquisidores sobre a “íntima convivência” dos cristãos-velhos com os cristãos-novos, e o prestígio de que estes gozavam na Bahia, onde um deles até carregava o título de “conde-duque”¹⁸.

15 Sobre esses cristãos-novos, ver Anita Novinsky, *Cristãos-Novos na Bahia*, 2ª ed., Edusp/Perspectiva, 1992, pp. 80, 81 e 126; e Rachel Bromberg, *Um Capitão-mor Judaizante: Miguel Teles da Costa*, São Paulo, Edusp, 1984.

16 Anita Novinsky, op. cit., pp. 131-2 e Apêndice Ms 3, p. 199.

17 Anita Novinsky, op. cit., pp. 117 e segs.

18 Idem, ibidem, p. 69, nota 24.

A história do anti-semitismo no Brasil deve ser entendida como parte de outro contexto: as condições da colônia geraram duas atitudes opostas, que refletiam duas mentalidades inconciliáveis. De um lado, os homens que representavam o poder da metrópole portuguesa, de posturas conservadoras e racistas, e de outro uma minoria nativa, nascida num mundo novo, cujo espaço aberto, de proporções desconhecidas, incitava à anarquia, à rebeldia, à liberdade, à crítica e também a uma relativa tolerância.

No século XIX, passadas as euforias dos sonhos de igualdade geradas durante a Ilustração, passado o impacto político europeu provocado pela Revolução Francesa, o mundo presenciou um recrudescimento do anti-semitismo. Após a emancipação política dos judeus na França, começaram a divulgar-se dogmas pseudocientíficos sobre raça, que no século XX iriam servir de base para a judeofobia hitleriana e para a elaboração da ideologia ariana.

Portugal ficou fora do movimento anti-semita deflagrado no resto da Europa. O professor João Medina chama a atenção para o sentimento pró-judaico luso, que se expressou em protesto contra diversas explosões anti-semitas no fim do século XIX. Mostra como em quase toda a cultura lusa do Oitocentos abundam simpatias pró-judaicas. O filosemitismo instalara-se na cultura e sensibilidade lusa, como uma atmosfera natural, no país que se esquecera da “gente da nação”. Portugal se manteve imune aos contágios do anti-semitismo europeu, até Antonio Sardinha, Mario Saá e alguns outros, cujas idéias, entretanto, nunca chegaram a criar um “movimento” anti-semita em Portugal¹⁹.

O anti-semitismo sempre serviu àqueles que temiam a competição dos judeus, que alegavam sua “pureza de sangue”, para capitalizar o maior número de privilégios, serviu aos incompetentes, que descarregavam sobre os judeus suas frustrações.

E Portugal hoje? Um país praticamente sem judeus. Assim mesmo, reeditou-se, há poucos anos, uma das obras mais anti-semitas e deturpadoras da verdade histórica,

o livro de José de Maistre, *A Inquisição Espanhola*, traduzido com notas e posfácio por um escritor português, que procura reabilitar a Inquisição e servir, como ele próprio diz, de “fonte de inspiração” contra argumentos “anticlericais”²⁰. Os judeus aparecem nesse trabalho como sufocadores do Estado nacional, e a Inquisição como “boa, mansa e conservadora”. Consola-se o autor do anti-semitismo português, contrapondo-lhe o anti-semitismo do século XIX, empregando assim um critério banal e hoje muito usado de relativização da história. Apela para o anti-semitismo de Voltaire para justificar que, afinal, não era só Portugal que odiava os judeus. A falta de compreensão dos mais elementares conhecimentos sobre cultura judaica levou o autor a misturar, num mesmo contexto, Voltaire e Marx, e a descabível colocação do sionismo como causa do nazismo²¹. Esse trabalho, assim como a reedição dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, que serviu de base para os massacres de Kishinev, na Rússia, em princípios do século XX, e que alimentou os ideólogos anti-semitas nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, fazem parte de uma propaganda neonazista responsável, inclusive, pela publicação recente de obras anti-semitas no sul do Brasil.

Compreender, diz Hannah Arendt, não significa negar os fatos, eliminar neles o maldito ou, ao explicar os fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência, como está acontecendo hoje com a história revisionista em relação ao nazismo, como na Espanha em relação à Inquisição e ainda sobre a escravidão na época moderna. O perigo do revisionismo é guiar para a banalização do mal, para a relativização dos fenômenos de horror.

Para legitimar a discriminação, a violência, a exclusão, a propaganda foi buscar como pretexto a unidade religiosa dos judeus, seu comportamento, suas práticas e sentimentos, sua “visão de mundo”. O próprio conceito de “povo eleito”, analisado por Julia Kristeva em seu livro *Étrangers à Nous-même*, foi deturpado, desvirtuado, como sendo uma visão cêntrica da história,

19 João Medina, “Antonio Sardinha, Anti-semita”, in *A Cidade, Revista Cultural de Porto Alegre*, n. 2, Especial (Nova Série), julho-dezembro 1988, pp. 45-122.

20 José de Maistre, *A Inquisição Espanhola*, por Pinharanda Gomes, Lisboa, Sampedro, 1981, p. 5. Ver também: Isaiah Berlin, “Joseph de Maistre and the Origins of Facism”, in *The New York Review of Books*, 27/9/1990.

21 José de Maistre, op. cit., pp. 100-1.



como uma eleição especial e um monopólio racial, quando na verdade a aliança dos judeus com Deus, como mostra a autora, não resultou de nenhum favoritismo, mas de uma escolha que implica um objetivo sempre a conquistar e a busca de um aperfeiçoamento constante. O termo hebreu *guer* significa “aquele que veio habitar”, e que adere ao “povo eleito”, que “veio de fora”, idéia esta que está aberta a todo estrangeiro. Ruth era moabita, era estrangeira. Ainda outros conceitos históricos, como por exemplo o nacionalismo judaico, que provém da aliança do povo com Deus, foram utilizados para deles se extrair argumentos anti-semitas²².

Análises mais profundas do anti-semitismo, de autores como Theodor Adorno, Hannah Arendt e outros, têm mostrado que, do ponto de vista psicológico, o anti-semita revela uma prontidão para acreditar no que parece mais absurdo a uma mente racional. O ódio anti-semita revela uma necessidade psicológica para exteriorizar uma atitude social. O anti-semita precisa de um símbolo para transferir sua hostilidade para um ser mais fraco, fora do grupo. Trata-se de uma defesa pessoal contra seu próprio fracasso.

Mas uma questão nos chega, sempre ecoando das vítimas da humanidade: o que fizeram os porta-vozes do humanismo, onde estavam os líderes espirituais durante o genocídio dos judeus de Portugal, ou durante a destruição dos judeus europeus no século XX?

Diversos papas, durante a Renascença, se pronunciaram contra as atrocidades cometidas aos judeus em Portugal. Mas foi uma condenação tímida, que se manteve sempre teórica. Uma intervenção drástica do chefe da Igreja talvez pudesse ter evitado o sacrifício de milhares de portugueses. A história não pode ser escrita na base do que “poderia ter sido”, mas como diz Walter Benjamim, para nós, o passado não é algo estático, fixo, imutável. Antes, o presente reconstrói o seu próprio passado, e a sua reinterpretação acaba inserindo-o na própria essência do presente.

Um ensaio publicado por um escritor norte-americano, Connor Cruise O’Brien,

chama a atenção para um fato, pouco conhecido, e que me parece extremamente significativo: as igrejas alemãs, católicas e protestantes poderiam ter evitado o holocausto se tivessem protestado, como o fizeram quando Hitler propôs a eutanásia de todos os defeituosos físicos e mentais. As igrejas cristãs não protestaram porque o *Volk*, a nação, o nacionalismo germânico estava acima de qualquer mensagem evangélica. O anti-semitismo do cristianismo tradicional ligou-se, no século XX, ao novo culto do *Volk*, da nação germânica. As igrejas cristãs deram seu consentimento silencioso à Solução Final. Para ser bom nacionalista, na Alemanha, era necessário, ao mesmo tempo, ser racista e anti-semita, como para ser bom português, no século XVIII, era necessário odiar os judeus.

O’Brien, para mostrar o fracasso das igrejas cristãs frente à destruição dos judeus, lembra que o papa Pio XI, em 1937, mandou preparar uma encíclica contra a perseguição dos judeus, contra o anti-semitismo e contra o racismo. O rascunho dessa encíclica foi elaborado por dois jesuítas, um americano e um austríaco, para ser submetido à avaliação do papa. Mas quando, em 1938, o texto “*Humani Generis Unitas*” foi examinado pelo geral da Companhia de Jesus, Ledochovski, que era um conservador apavorado com o comunismo russo, ele interditou sua publicação. O papa morreu logo depois, em 1939, sem aprovar a encíclica, e seu sucessor, Pio XII, partilhou a opinião de Ledochovski, leu o rascunho e não aprovou. Perdeu-se assim, como diz O’Brien, a oportunidade, talvez, de salvar milhares de vidas²³.

Examinando a literatura antijudaica em Portugal e a propaganda contra os judeus contida nos sermões, examinando os escritos anti-semitas dos autores alemães, como por exemplo do clérigo Abraham a Sancta Clara, do século XVI, que foi o modelo espiritual de Martin Heidegger, a destruição dos judeus na época moderna, como no século XX, não surpreende. Foi uma consequência, lógica, coerente, do pensamento ocidental. São palavras de Sancta Clara: “Fora Satã, os homens não

22 Julia Kristeva, *Étrangers à Nous-même*, Fayard, 1998, pp. 95-111.

23 Connor Cruise O’Brien, “A Lost Chance to Save the Jews?”, in *The New York Review of Books*, 27/4/1989.

têm inimigo maior que o judeu. Por suas crenças, merecem não apenas o patíbulo, mas também a fogueira²⁴.

Theodor Adorno, autor de uma exaustiva pesquisa sobre a personalidade anti-semita, em seu estudo *Educação após Auschwitz*, mostra-nos que o anti-semitismo é um esquema profundamente arraigado no ritual da civilização. Durante séculos, e em diversos países, os judeus eram acusados de crimes rituais. Parafraçando Adorno, eu diria que os autos-de-fé foram os verdadeiros crimes rituais, durante os quais os inquisidores falavam da salvação da alma, como Hitler falava da salvação da pátria²⁵.

Ainda segundo Adorno, o anti-semita não depende tanto do seu objeto, como das próprias necessidades e desejos psicológicos do sujeito que o experimenta. Afirmar que o mal “não foi tão mau assim” é estar defendendo o ocorrido, é estar evidentemente disposto a assistir e colaborar se tudo voltasse a ocorrer. O que nos resta, pois, fazer, após a Inquisição, após Auschwitz? O autor mostra a necessidade de apurar os mecanismos subjetivos, sem os quais Auschwitz (ou a Inquisição) não teriam existido²⁶.

Adorno coloca como primordial o problema da educação. Vivemos uma civilização absorvida por objetos, máquinas. Essa é a tendência, é o espírito do mundo. Se os homens não fossem frios, se não fossem profundamente indiferentes ao que acontece com todos os demais, Auschwitz não teria sido possível, pois as pessoas não o teriam aceito. A incapacidade de identificação foi, sem dúvida alguma, para Adorno, a condição psicológica para que algo como Auschwitz pudesse acontecer no meio de uma coletividade relativamente civilizada. A falha de todos, hoje, sem exceção, é, para Adorno, a falta de amor. Mas, para que as pessoas pudessem amar, seria necessário que tivessem uma estrutura de caráter diferente. Um dos maiores impulsos do cristianismo foi o de eliminar a frieza, que em

tudo penetra. Mas a experiência fracassou. Possivelmente aquele calor humano que tanto almejamos nem sequer tenha existido até hoje, ou talvez entre alguns selvagens pacíficos. Se alguma coisa pode ajudar contra a frieza, como condição da desgraça, é não reprimir os impulsos humanos, é entender as próprias condições que causam o horror e combatê-las, antes de tudo, no contexto individual. Quanto menos se negar a infância, mais chances terão os homens, quando adultos, de não viver o horror²⁷.

O anti-semitismo forjou, criou, inventou o judeu, em cada português. Talvez a angústia profunda e insolúvel que a repressão inquisitorial produziu na alma dos portugueses tenha contribuído para que cada um, cada família, procurasse esquecer as marcas da passada origem.

Com exceção de uma minoria intelectual, que manteve viva a consciência do passado judaico de Portugal, o que atingiu a massa do povo português foi o esquecimento de seus mortos que, como diz Adorno, é o esquecimento de si próprio.

Esses “mecanismos subjetivos”, temos de buscá-los na educação, imposta pelo catolicismo português, que reprimiu todos os impulsos humanos mais autênticos. A educação em Portugal, durante os séculos inquisitoriais, aboliu o amor aos homens, em troca do amor a Deus. Para avaliar a sinceridade de uma confissão, a Inquisição tomava como medida a denúncia de filhos contra pais e de pais contra filhos.

A frieza com que se presenciava a desgraça do “outro”, do “judeu”, era consequência de uma “educação para a morte” e não de uma educação para a vida. Os portugueses foram capazes de “viver” o horror dos autos-de-fé, porque todo o amor humano tinha se asfixiado, desde a infância, pelo amor de um bem maior. E, como diz Adorno, “ao ser colocado o Estado acima do direito dos membros da sociedade, já está criado o potencial para o horror”²⁸.

24 “Abrahamische Lüüberhütt”, 1921, p. 383 apud Victor Farias, *Heidegger e o Nazismo – Moral e Política*, Paz e Terra, 1988, p. 56.

25 Ver Gabriel Cohn (org.), *Theodor W. Adorno*, São Paulo, Ática, 1986, cap. “Educação após Auschwitz”, pp. 33-45, e também W. Theodor Adorno, *La Personalidad Autoritaria*, Buenos Aires, Proyección, 1965.

26 Gabriel Cohn (org.), op., cit., p. 44.

27 Idem, *ibidem*, p. 43.

28 Idem, *ibidem*, p. 45.